

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.546.531 - SP (2019/0211293-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : R. NEANDER MEDEIROS
AGRAVANTE : R N M
AGRAVANTE : M M C M
AGRAVANTE : G C P
ADVOGADO : MARCELO EPIFANIO RODRIGUES PASSOS - SP267212
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134
ANDRÉA GIOVANA PIOTTO - SP183530
DANIEL DE SOUZA - SP150587
MARIA ELISA PERRONE DOS REIS TOLER E OUTRO(S) - SP178060
DENISE LEONARDI DOS REIS - SP266766
LARISSA CRISTINA FERREIRA MESSIAS - SP289357
JOSE GUILHERME SILVEIRA PASCHOAL - SP280305
VIVIAN NICODEMOS AUGUSTO - SP259511
LUCIANA SCARMATO JORGE - SP182002
KLEBER FARIA SECATTO - SP279711
CLICIA DO NASCIMENTO VECCHINI - SP304688

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por R. NEANDER MEDEIROS E OUTROS, em face de decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo extremo, por sua vez, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, foi interposto desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 392/393, e-STJ):

EMBARGOS À EXECUÇÃO JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA - Requerimento de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ou diferimento do recolhimento das custas processuais para o final do processo, formulado após a prolação da sentença Determinação para que os apelantes apresentassem declarações de bens e de rendimentos entregues à Receita Federal, relativas às pessoas físicas e jurídicas, requerentes deste benefício, além do balanço patrimonial da empresa apelante Declarações de imposto de renda não comprovam a condição de hipossuficiência dos apelantes pessoas físicas Renda superior a três salários mínimos Adoção do critério da Defensoria Pública do Estado de São Paulo Existência de fundadas razões para o indeferimento do pedido de gratuidade da justiça. PESSOA JURÍDICA - Embargante pessoa jurídica que afirma estar em dificuldades financeiras Possibilidade de concessão da gratuidade às pessoas jurídicas, desde que fique comprovada a sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais Súmula 481 do STJ Art. 98, “caput”, do novo CPC - Os documentos apresentados pela empresa, destinados à demonstração da sua situação financeira, são anteriores à oposição dos presentes embargos à

execução, ocasião em que os apelantes tiveram condições de recolher as custas processuais iniciais Alteração da situação financeira não comprovada, razão pela qual não se justifica a concessão do benefício pleiteado Ausência de demonstração da momentânea impossibilidade financeira do recolhimento das custas que impede, também, o diferimento do recolhimento das custas para o final do processo, nos termos da Lei Estadual nº 11.608/03 Concessão do prazo de 5 (cinco) dias para recolhimento das custas processuais, incluindo o preparo deste recurso, sob pena de não conhecimento da parte deste apelo referente às demais pretensões recursais (artigo 101, § 2º, do novo Código de Processo Civil) JULGAMENTO CONVERTIDO EM DILIGÊNCIA PARA TAL FIM.

Nas razões do especial (fls. 404/412, e-STJ), os recorrentes apontam violação dos artigos 98 “caput”, parágrafos 5º e 6º e artigo 99, parágrafo 3º do CPC; sustentando, em síntese, que fazem jus ao benefício da gratuidade de justiça.

Contrarrazões às fls. 425/434, e-STJ.

Em juízo provisório de admissibilidade (fls. 435/436, e-STJ), negou-se seguimento ao reclamo, ante a incidência da Súmula 7 do STJ.

Irresignado, o insurgente interpôs o agravo do art. 1042 do CPC/15 (fls. 440/450, e-STJ), no qual lança argumentos no sentido de combater o retrocitado óbice.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Com efeito, insurgem-se os oras agravantes quanto ao indeferimento da assistência judiciária gratuita por eles requerida do diferimento do recolhimento da taxa judiciária para o final do processo.

A Corte Especial, quando do julgamento dos Embargos de Divergência 603.137/MG, passou a adotar o entendimento jurisprudencial consagrado pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, somente faz jus ao benefício da assistência judiciária gratuita se demonstrar a impossibilidade de dispor de recursos para custeio das despesas processuais sem comprometimento do seu regular funcionamento.

Eis a ementa do aludido julgado:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA MISERABILIDADE JURÍDICA. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. O embargante alega que o aresto recorrido divergiu de acórdão proferido pela Corte Especial, nos autos do EREsp 690482/RS, o qual estabeleceu ser ônus da pessoa jurídica, independentemente de ter finalidade lucrativa ou não, comprovar que reúne os requisitos para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

2. **A matéria em apreço já foi objeto de debate na Corte Especial e, após sucessivas mudanças de entendimento, deve prevalecer a tese adotada pelo STF, segundo a qual é ônus da pessoa jurídica comprovar os requisitos para a obtenção do benefício da assistência**

judiciária gratuita, sendo irrelevante a finalidade lucrativa ou não da entidade requerente.

3. Não se justifica realizar a distinção entre pessoas jurídicas com ou sem finalidade lucrativa, pois, quanto ao aspecto econômico-financeiro, a diferença primordial entre essas entidades não reside na suficiência ou não de recursos para o custeio das despesas processuais, mas na possibilidade de haver distribuição de lucros aos respectivos sócios ou associados.

4. Outrossim, muitas entidades sem fins lucrativos exploram atividade econômica em regime de concorrência com as sociedades empresárias, não havendo parâmetro razoável para se conferir tratamento desigual entre essas pessoas jurídicas.

5. Embargos de divergência acolhidos. **(EREsp 603.137/MG, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, julgado em 02.08.2010, DJe 23.08.2010)**

Tal orientação jurisprudencial foi cristalizada na Súmula 481/STJ, *verbis*: "*Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.*"

Outrossim, quanto às pessoas físicas, cumpre salientar que o disposto no artigo 4º da Lei nº 1.060/50 estabelece uma presunção *juris tantum* em favor daquele que pleiteia o benefício, no sentido de não possuir condições de arcar com as despesas do processo sem comprometer seu próprio sustento ou de sua família. Assim, em princípio, basta o simples requerimento, sem nenhuma comprovação prévia, para que lhe seja concedida a assistência judiciária gratuita.

Contudo, tratando-se de presunção relativa, podendo a parte contrária demonstrar a inexistência do estado de miserabilidade ou o magistrado indeferir ou revogar o pedido de assistência judiciária se encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do postulante.

Nesse sentido, esta Corte consolidou o entendimento de que o benefício da assistência judiciária pode ser indeferido/revogado quando o julgador se convencer, **com base nos elementos acostados aos autos**, de que não se trata de hipótese de miserabilidade jurídica.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o magistrado indeferir o pedido de assistência se encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente. Reapreciação de matéria no âmbito do recurso especial encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1000055/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/10/2014, DJe 29/10/2014)

Assim, incide na espécie o óbice da Súmula 83/STJ, assim redigida: "*Não se*

conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

Ademais, no caso ora em análise, o Tribunal de origem, ao indeferir a concessão da justiça gratuita, teceu a seguinte fundamentação:

No caso vertente, a empresa recorrente, para comprovar a sua hipossuficiência econômica, juntou o seu balanço patrimonial, relativo ao período de 2012 e 2014, porém deixou de apresentar as últimas Declarações de Informações Econômico Fiscais da Pessoa Jurídica DIPJ, cuja apresentação foi determinada por meio da decisão proferida a fls. 296.

O referido balanço, cujo mais recente é o relativo ao ano de 2014, não retrata um fato atual, não sendo suficiente para evidenciar a mudança da situação econômica da recorrente, já que se refere a um período anterior à oposição dos presentes embargos, distribuídos em 2015, ocasião em que a embargante teve condições de recolher as custas iniciais (fls. 158/159).

Vale ressaltar que o fato de estar enfrentando crise econômica não autoriza a concessão da gratuidade pretendida, sem a demonstração da precária situação financeira e patrimonial da empresa requerente deste benefício.

No caso vertente, a apelante, empresa com fins lucrativos e em plena atividade empresarial, não comprovou, tal como lhe competia, a alegada impossibilidade, ainda que parcial, de arcar com o pagamento das custas processuais, sem prejuízo das suas atividades, nos termos da citada súmula 481 do Superior Tribunal de Justiça.

Nestas condições, não se justifica a concessão da gratuidade processual pleiteada, tampouco o parcelamento ou redução das custas processuais.

Por outro lado, nos termos do artigo 5º, “caput”, da Lei Estadual nº 11.608, de 29 de dezembro de 2.003, “o recolhimento da taxa judiciária será diferido para depois da satisfação da execução quando comprovada, por meio idôneo, a momentânea impossibilidade financeira do seu recolhimento, ainda que parcial”.

No caso em exame, conforme foi dito anteriormente, os recorrentes não comprovaram a sua impossibilidade financeira, tal como exigia o aludido dispositivo legal. Bem por isso, não se justifica o diferimento do recolhimento da taxa judiciária para o final do processo.

Dessa forma, para afastamento do que foi decidido pelo Tribunal Estadual quanto à capacidade econômica dos recorrentes em arcar com as despesas processuais, seria necessário o reexame do acervo fático-probatório contido nos autos, o que é vedado na instância extraordinária, de acordo com o enunciado da Súmula 7 desta Corte Superior.

Destacam-se, acerca do tema, os seguintes julgados deste Tribunal:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - IMPUGNAÇÃO À JUSTIÇA GRATUITA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA AGRAVANTE.

[...] 2. A matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte Superior nos termos do que decidido pela Corte local, no sentido de que a presunção de veracidade de que trata o art. 319 do CPC/73 é relativa, e não absoluta, não acarretando o acolhimento automático dos pedidos da parte autora. Precedentes. 3. Outrossim, a pretensão de que seja avaliada pelo Superior Tribunal de Justiça a

condição econômica do agravado exigiria o reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ. 4. Agravado interno desprovido. (AgInt no AREsp 736.058/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 28/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A convicção formada pela Corte local no sentido de indeferir o benefício da gratuidade de justiça e do diferimento no recolhimento das custas aos recorrentes decorreu dos elementos existentes nos autos (fls. 214-218), de forma que rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso. 2. Agravado interno não provido. (AgInt no AREsp 1207685/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 03/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL. SÚMULA N. 284/STF. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.
[...]

2. "O benefício da assistência judiciária gratuita somente pode ser concedido à pessoa jurídica, independentemente de ser ou não de fins lucrativos, se esta comprovar que não tem condições de arcar com as despesas do processo sem o comprometimento da manutenção de suas atividades" (AgRg no AREsp 648.016/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 14/05/2015.)

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

4. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela inexistência dos requisitos necessários à concessão do benefício da justiça gratuita. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

5. Agravado regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 511.239/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 10/02/2016)

2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao reclamo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI

Relator